

RADAR

favela

COVID-19



edição 10

maio 2021

ESPECIAL

**Maternidades e juventudes
entre lutos e lutas pela vida**

Imagem: Bruno Itan



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

SUMÁRIO

3 **APRESENTAÇÃO**

4 **MEGAFONE**

7 **ESPECIAL: MATERNIDADES E JUVENTUDES ENTRE LUTOS E LUTAS PELA VIDA**

8 NÃO QUEREMOS MORRER NEM DE BALA, NEM DE COVID. NÓS SÓ QUEREMOS VIVER! **Bruna Silva**

13 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DOS MORADORES DE FAVELA E FAMILIARES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO NO ISOLAMENTO SOCIAL **Dalva Correa**

15 MÃES EM LUTA POR JUSTIÇA E PELA VIDA **Cláudia Rose Ribeiro da Silva**

20 A JUVENTUDE NEGRA QUER SONHAR, MAS PARA ISSO PRECISAMOS ESTAR VIVOS **Bianca Peçanha**

23 **O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?**

24 3ª CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE EM MANGUINHOS **André Lima**

25 MORTOS EM SEUS DIREITOS **João Luis Silva**

27 DESIGUALDADES E IMPACTOS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO LGBTQI+ FAVELADA **Gilmara Cunha**

31 **DEBATES**

32 DESRESPONSABILIZANDO-SE DO SOCIAL **Grupo de Pesquisa “Futuros da Proteção Social” do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz**

36 O IMPACTO DO FECHAMENTO DA UFRJ PARA A JUVENTUDE POBRE E FAVELADA **Sofia Barreto Souza**

39 **MOVIMENTOS SOCIAIS**

40 POR UM PLANO DIRETOR POPULAR: QUEREMOS MORADIA DIGNA, VACINA, EMPREGO E COMIDA NO PRATO **Conselho Popular - RJ**

46 **EXPEDIENTE**

APRESENTAÇÃO

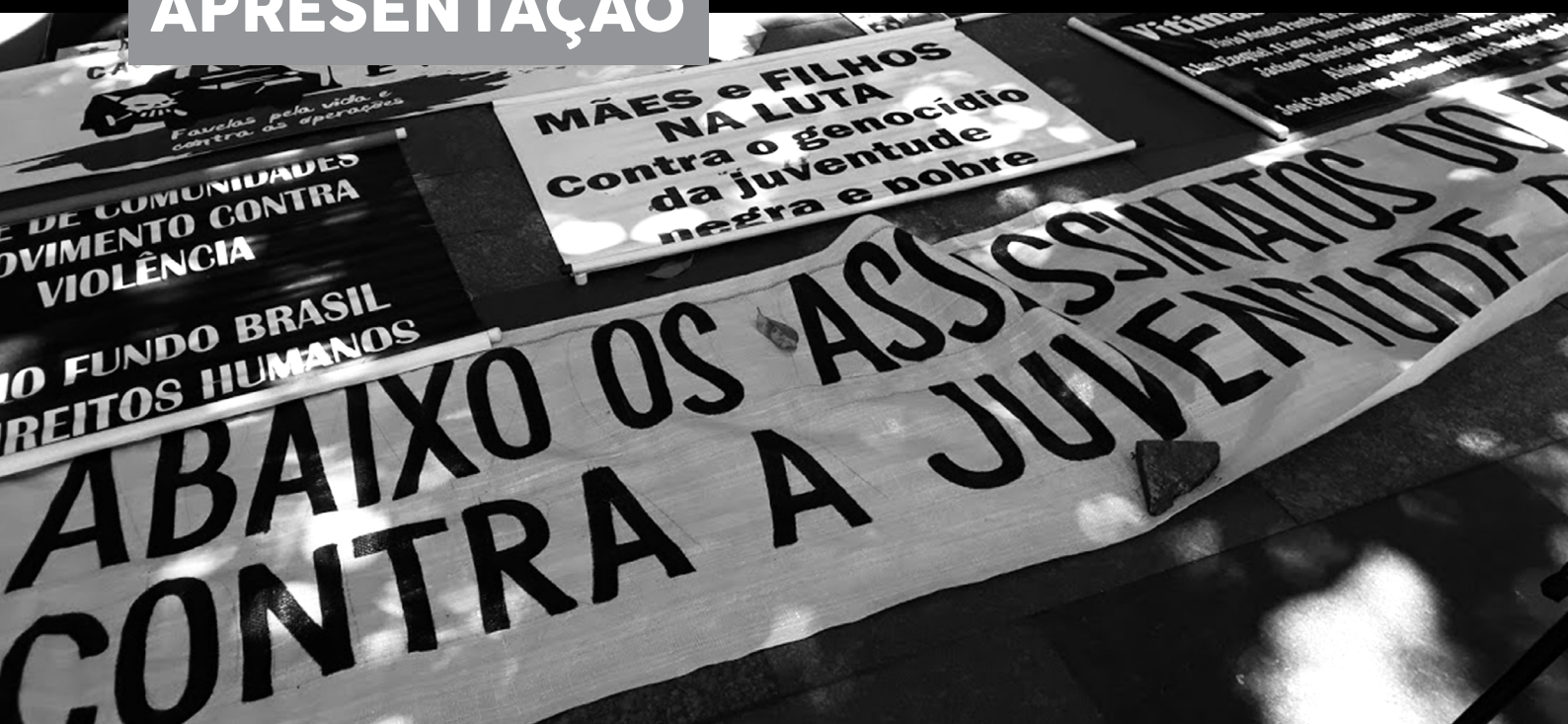


Imagem: Fábio Araújo

Radar COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

MEMEFO

GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

DADOS DO PAINEL UNIFICADOR DAS FAVELAS COVID-19:

Segundo dados do Painel Unificador das Favelas, consultados em 09 de junho de 2021, as favelas do Rio de Janeiro registraram 5.167 óbitos e 63.628 casos confirmados de Covid-19. (Equipe Radar)

KATHLEN E SEU BEBÊ - MAIS DUAS VIDAS NEGRAS INTERROMPIDAS:

Kathlen e seu bebê foram baleadas em meio a uma ação policial em Lins de Vasconcelos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 08 de junho de 2021. A jovem de 24 anos estava grávida de três meses. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, nos últimos cinco anos, 15 grávidas foram baleadas no Grande Rio. Além de Kathlen, outras sete mulheres não resistiram aos ferimentos e morreram. Houve ainda 10 bebês baleados quando ainda estavam na barriga de suas mães, apenas um deles sobreviveu. Operações policiais que estão ocorrendo apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal determinar que operações sejam realizadas apenas em casos absolutamente excepcionais durante a pandemia, continuam a ser um obstáculo a mais na luta pela vida das moradoras e moradores de favelas. (Equipe Radar)

AUMENTO DE CASOS DE COVID, ÓBITOS, FOME, ADOECIMENTO E SOFRIMENTO PSÍQUICO:

“Na comunidade do Catiri, localizada em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, houve agora um alto número de contágio de Covid, mesmo com as pessoas vacinadas da primeira dose. E também teve óbito. Há uma procura muito grande por alimentos. O Museu do Boi está distribuindo cestas básicas, mas a procura é gigantesca. O que eu tenho percebido também é uma grande procura por atendimento psicológico, principalmente de jovens; tem casos de jovens que estão se mutilando nos braços. Nós temos psicólogos na instituição terças e quintas e uma lista de espera extensa. Isso tem nos preocupado muito, porque quando chegam pra gente já chegam numa gravidade muito grande. Como o posto de saúde local acaba tendo que dar conta da questão da Covid e as outras atividades estão suspensas, a procura vem pra cá e a gente fica numa situação bem complicada. É uma demanda muito maior do que a gente tem para oferecer.” (Auricélia Mercês, Museu Casa Bumba Meu Boi).

VIOLÊNCIA, DESEMPREGO E FOME NA FAVELA DO JACAREZINHO:

“Dia 06/06/2021 completou um mês da operação da CORE, tropa de elite da Polícia Civil, que resultou em 27 mortos moradores da favela e um Policial Civil. No momento que atravessamos uma pandemia que matou mais de 60 moradores da favela do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro, vítimas de uma política perversa de governos irresponsáveis, que visa a imunidade de rebanho, sem aplicação de vacinas, como forma de imunizar a população, mais de 470 mil pessoas já morreram de Covid no Brasil. A pandemia, aliada ao desemprego e à alta dos preços dos alimentos, está causando desnutrição nas crianças e colaborando para uma alimentação pobre em proteínas, calorias, vitaminas e sais minerais que deixam os moradores do Jacarezinho em situação vulnerável em relação a saúde, pois como sabemos, pessoas com baixa imunidade estão mais propícias aos efeitos devastadores do vírus. O desemprego alto agrava a situação, pois entre os quase 20% de desempregados na cidade do Rio de Janeiro, a maioria são de pobres, pretos e favelados, que por falta de oportunidades de trabalho e vitimados pelas sabotagens das elites, acabam sendo escravizados pelo mundo do crime e servem de argumentos para legitimar chacinas e massacres nas favelas do Rio de Janeiro, em especial a do Jacarezinho, onde a presença do Estado se faz somente com as forças policiais”. (Rodrigo Mendonça - Morador da Favela do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro, e Militante do Movimento Negro Unificado).

LUTE COMO UMA MÃE



Imagem: acervo pessoal Bruna Silva

ESPECIAL

**MATERNIDADES E JUVENTUDES
ENTRE LUTOS E LUTAS PELA VIDA**

NÃO QUEREMOS MORRER NEM DE BALA, NEM DE COVID. SÓ QUEREMOS VIVER!

Bruna Silva, moradora da Maré

Me chamo Bruna da Silva, tenho 39 anos, sou nascida e criada no conjunto de favelas da Maré. Sou mãe de 2 filhos, mas devido à violência da segurança pública meu primogênito foi morto enquanto usava seu uniforme de escola e nas costas carregava sua mochila cheia de material escolar. Marcus Vinicius foi assassinado com um único tiro de fuzil dado pelas costas. Meu filho foi morto por quem de-



Imagem: acervo pessoal Bruna Silva

veria proteger e abrigá-lo. Meu filho foi morto por um agente do estado em uma operação ilegal aqui na Maré.

Meu filho viu quem foi o autor daquele tiro e me contou horas antes de vir a óbito. Me lembro que meu filho me perguntou: “Mãe, o que eu fiz para que a polícia me desse um tiro? O que foi que fiz, mãe? Eu só queria tentar voltar para casa, mas a polícia não deixou”.

Marcus Vinicius, meu filho, virou minha inspiração para a luta. É por ele e por todos que eu sigo nas ruas gritando e dizendo que nossas vidas importam!



Imagem: acervo pessoal Bruna Silva

Parem de nos matar, deixem os nossos filhos viverem. A lógica da vida é os filhos enterrarem seus pais, mas o que eu vejo é um genocídio do povo negro pobre e favelado. Nossas vidas, nossas famílias deveriam ser blindadas.

Já vai para 3 anos de impunidade e nada foi feito.

O que eu vejo são outras mães, assim como eu, nascendo da dor da bala que tira a vida dos nossos filhos. Mataram o meu aos 14 anos de idade e ainda continuam por aí

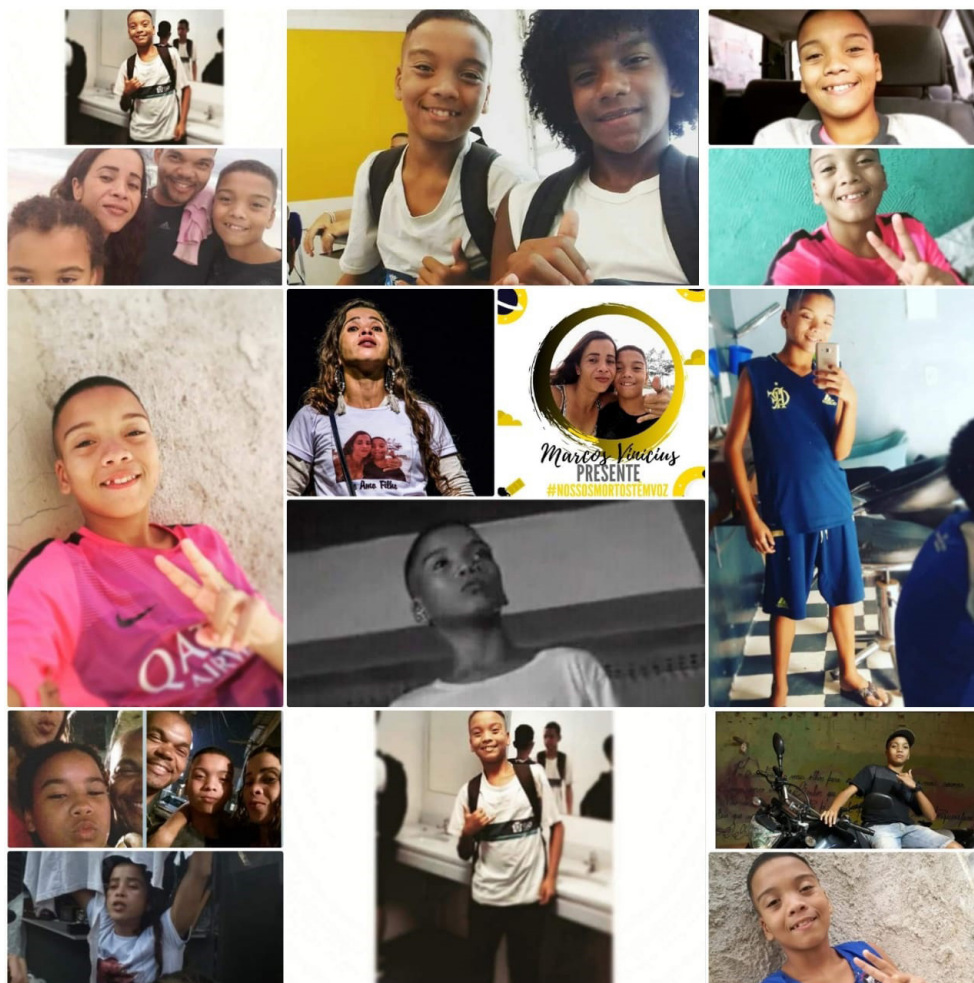
matando mais e mais crianças. Eu pergunto: que país é esse? Onde é que o nosso Brasil vai parar?

Cadê os governantes que nada fazem para colocar freio a tantas mortes? Cabe a nós, mães que fizeram do seu luto uma grande luta, gritar que nossas vidas, as vidas dos nossos filhos importam. Nossos filhos sempre tiveram mães, hoje os nossos mortos têm voz.

Quando não é a bala do estado que mata é a Covid. Estamos em uma pandemia mundial e, mesmo assim, o estado continua entrando nas favelas e matando os nossos corpos negros e pobres.

Queremos um basta! Basta de violência, nossas vidas importam! Queremos uma segurança pública que garanta a vida e não que nos mate. Queremos o direito à vida. Nem o dias das mães temos mais, porque a

Imagem: acervo pessoal Bruna Silva



gente olha para traz e vemos que não tem o que ser comemorado. O que eu vejo são mães enterrando seus filhos até no dia das mães.

O caso do Jacarezinho não foi operação, foi uma chacina onde 28 mães de uma só vez perderam e tiveram que enterrar os filhos. Eram tantos gritos de dor e choros!

O estado deve prender, não matar. Nas favelas não temos fábricas de armas, não temos plantações de drogas. Aí eu pergunto: como é que essas coisas chegam dentro das favelas? Por que as operações não são feitas nas fronteiras, porque é de lá que essas coisas vêm? Aí o estado deixa passar nas fronteiras para que eles tenham um motivo para entrar e matar.

A mãe do bandido não criou seu filho para ser bandido. Mãe é mãe. Mãe nenhuma vai jogar um filho para o alto. Mãe ama, mãe cuida. A mãe do bandido merecia ver seus filhos vivos e presos, pagando pelos seus cri-

mes. Pelo crimes dos filhos a mãe não tem culpa. Eu não desejo essa dor nem para a mãe do policial que tirou a vida do meu filho.

Tem policial que morre também, mas a culpa não é nossa. A culpa é dos governantes que expõem e não cuidam de suas tropas. Tem policial adoecendo e morrendo também. Minha solidariedade a essas mães que por culpa dessa guerra de caça as drogas estão perdendo e enterrando seus filhos.

Antigamente eu via um rastro de sangue, hoje o que eu vejo é um rio de sangue. Sangue inocente e sangue culpado.

Hoje eu tenho apenas uma filha, de 15 anos, mãe de dois filhos. Olho para minha filha e vejo que ali está faltando um, o que falta é o irmão dela.

Minha filha hoje cresce sozinha, porque não tem mais o convívio do irmão, do amigo; porque eles eram muito apegados, dormiam juntos, comiam juntos. Era tão bom ver meus filhos juntos, nunca pensei que um dia eu teria um filho morto pelo braço forte e armado do estado.

Queremos uma segurança pública que garanta a vida! Queremos que tenha justiça nas mortes dos nossos filhos! É preciso que tenha investigação nas mortes dessas crianças.

Sem justiça não haverá paz, seguimos nas ruas cobrando justiça.

Minha solidariedade às mães que não têm mais os seus filhos.

Queremos ser vacinados merecemos o direito de ter vacina.

É preciso também desbancar esse discurso de que bandido bom é bandido morto. É esse discurso que está contribuindo para essas mortes de crianças e jovens. Estamos vivendo um momento de faroeste caboclo nas favelas, é um bang bang só, e nós e nossos filhos no meio desse fogo cruzado.



Imagem: acervo pessoal Bruna Silva

O estado não se importa com nossas vidas, eles entram violando os nossos direitos e muita das vezes eles violam o direito a vida.

Não queremos morrer nem de bala e nem de Covid. Só queremos viver!

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DOS MORADORES DE FAVELA E FAMILIARES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO NO ISOLAMENTO SOCIAL

Dalva Correa, militante da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência



Imagem: acervo pessoal Dalva Correa

São as mulheres que estão na linha de frente, lutando por justiça e dignidade de seus filhos. São domésticas, camelôs, manicures, que garantem o sustento da casa e atuam no enfrentamento da crise sanitária e humanitária.

Com a pandemia, as famílias ficaram sem renda nenhuma e muitas não conseguiram nem auxílio emergencial.

Mas a favela resiste, e sem a ajuda do Estado, luta para conseguir cestas básicas, kits de higiene e medicação; e até quando estamos distribuindo alimento para o nosso povo, somos alvejados pela polícia porque vivemos sob ataque.

Como fazer quarentena com a polícia arrebatando nossa porta, torturando pessoas? Como fazer quarentena vivendo sob o terrorismo silencioso do Estado?

Os movimentos de favelas, movimentos sociais, Defensoria pública, conseguiram através da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 a suspensão das operações policiais com blindados durante a pandemia. Mas o Estado viola todos os nossos direitos. O Ministério Público não cumpre com o seu dever Constitucional de fazer o controle externo da polícia. Essa violência nos adocece.

Repudiamos essa política de mortes, queremos que priorizem vidas e a dignidade humana. A dignidade não se perde mesmo que a pessoa tenha cometido crime.

Repudiamos todas as vidas ceifadas, a cultura da morte, todos os direitos ameaçados.

A mancha de sangue que ficou no chão do Jacarezinho está nas mãos do governo estadual, do judiciário e do Ministério Público.

Todo nosso amor às mães do Jacarezinho, às esposas que perderam seus maridos e filhos que perderam seus pais.

Somos cria da favela.

Nossos passos vêm de longe.

MÃES EM LUTA POR JUSTIÇA E PELA VIDA

Cláudia Rose Ribeiro da Silva, Museu da Maré/CEASM

VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE MORADORAS E MORADORES:
Homenagens afetivas nas redes sociais do Museu da Maré durante a pandemia

Em 16 de março de 2020, as equipes do Museu da Maré e do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) definiram o fechamento de seus espaços físicos para atividades com o público e participantes dos projetos. Ao mesmo tempo, iniciamos uma campanha de ajuda emergencial aos moradores, em parceria com a Frente de Mobilização. Com o avanço da pandemia, nosso envolvimento nas ações da Frente ficou cada vez mais intenso e, por outro lado, a necessidade de adaptarmos os projetos do Museu à realidade virtual, passou a ser um imperativo. Um exemplo dessa mudança foi a adequação do Projeto de História Oral à aplicação de um questionário, por meio de contato telefônico, aos moradores ou seus parentes para que fossem homenageados em nossas redes sociais. Um texto elaborado a partir das respostas ao questionário e fotografias escolhidas pela família compõem a homenagem a cada moradora e morador de diversas comunidades do território. Entre maio de 2020 e maio de 2021, o Museu já compartilhou 38 homenagens, publicadas às sextas-feiras e que são sempre muito aguardadas pelos seguidores de nossas redes, provocando inúmeras mensagens amorosas de identificação com as histórias e memórias narradas.

A homenagem que preparamos e divulgamos em 14 de maio apresentou um conteúdo diferenciado das anteriores. O coração do texto não bateu por uma pessoa ou pessoas mareenses. Em meio à política genocida em curso no país e, particularmente, no estado do Rio de Janeiro, as populações periféricas e faveladas são vítimas de ações coordenadas para produzir a morte. Mas a dor que dilacera também une aquelas e aqueles que ficaram, fortalecendo a luta por justiça, verdade e direito à memória. Nesse cenário de perdas, a homenagem foi dedicada aos movimentos de mães e família-

res das vítimas da violência produzida direta e indiretamente pelo Estado e seus agentes, superando as fronteiras do país e trazendo a força das mulheres latino-americanas. O texto, que expõe as lutas de movimentos criados e protagonizados por mães, foi precedido pela leveza e a potência das palavras de Conceição Evaristo, mulher fazedora de poesias transbordantes de memórias ancestrais marcadas por lutas, pela cor preta, pela força do feminino e pela fertilidade materna.

DE MÃE

O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe,
mulher de pôr reparo nas coisas,
e de assuntar a vida (...)

É a energia ancestral e criadora da Mãe que nos coloca de pé diante das perdas que tivemos nesses tempos tão difíceis. E foi essa mesma energia que nos encoraja a continuar na luta e nos motivou a escrever cada palavra da homenagem para os movimentos coletivos de mães que estão na luta diária e incansável por JUSTIÇA. Esses coletivos também ecoam e potencializam as lutas das mães mareenses, que perderam suas filhas e seus filhos precocemente e de forma violenta. São Gracilenes, Anas, Irones, Marinetes, Brunas, Vanias, Alices; são muitas mulheres-mães que nos ensinam a continuar firmes na caminhada, apesar do sofrimento.

Um desses movimentos é o Moleque, que foi criado pela Monica Cunha, amiga do Museu da Maré. Monica teve 3 filhos: Marcos Vinicius da Silva Cunha, 39 anos; Rafael da Silva Cunha, 34 anos; e Wylbert Luiz Pereira da Silva, 27 anos. O filho do meio, Rafael, foi assassinado, em 2006. É assim que essa mãe da resistência descreve o coletivo: “O Moleque é a minha vida, é o porquê da minha existência. Eu pari três filhos, aí o Rafael foi assassinado, o que entra no lugar dele é o Moleque. Então, hoje eu tenho o Marcos Vinícius, Wylbert Luiz e o Moleque. Ele é para sempre!



Café das Fortes – Movimento Moleque

Imagem: acervo pessoal Mônica Cunha

Pertença a muitos outros, mas esse é o início de tudo!”

Na Favela de Acari, Zona Norte da cidade do Rio, surge o coletivo Mães de Acari. Em 1990, após o sequestro de 11 jovens, que viajaram para um sítio em Magé, na Baixada Fluminense, surge um dos primeiros movimentos de familiares contra a violência de Estado. O processo desse crime abominável cometido por agentes de segurança – homens, que se identificaram como policiais militares – foi arquivado por falta de provas e, posteriormente, prescrito. O que torna essa agressão do Estado ainda mais abjeta e perversa é o fato de ser negado aos familiares o direito de enterrar seus mortos. Até hoje, as Mães de Acari não têm resposta por parte do poder público sobre o que aconteceu com seus filhos desaparecidos e, apesar disso, elas começaram a receber, a partir de 2011, Declarações de Ausência, constando no lugar para registro da causa da morte a expressão “Chacina de Acari”. Essas mulheres incansáveis são responsáveis por um legado importante e fundamental para os movimentos sociais na luta por justiça.

Manguinhos é uma favela vizinha à Maré. É nesse território que surge o coletivo Mães de Manguinhos, infelizmente, mais um movimento criado em consequência da violên-

Vera Flores – Mães de Acari

Imagem: Fábio Araújo



cia do Estado nas favelas do Rio. Em 14 de maio de 2014, Johnatha de Oliveira, na época com 19 anos, estava voltando para sua casa, quando foi assassinado com um tiro nas costas. Sua mãe, Ana Paula de Oliveira, é uma das principais representantes dos movimentos de mães articuladas em coletivos em todo o Brasil. Mães de Manguinhos promove anualmente o Levante por Memória, Justiça e Liberdade nas Favelas e Periferias, com atividades culturais que denunciam o genocídio da juventude negra.

As dores do povo periférico brasileiro se mistura às dores dos povos periféricos latino-americanos. O movimento Mães da Praça de Maio, na Argentina, nasceu do trauma profundo gerado pela extrema violência do Estado contra sua população durante a ditadura civil-militar, entre os anos de 1976 e 1983. Avós, mães, filhas, esposas, se reuniram na Praça de Maio, em frente à sede do governo argentino, ainda durante a vigência da ditadura, arriscando suas vidas para exigir justiça e o direito à memória e à verdade sobre as mais de 30 mil pessoas desaparecidas.



*Cartaz Germán Montalvo.
Carteles por Ayotzinapa. 1ª Bienal
Internacional de Cartel de Oaxaca,
2015*

Do México vem mais um lamento de dor e força de luta, a Caravana 43 Sudamérica ou Caravana de Ayotzinapa. Em 26 de setembro de 2014, 43 estudantes da área rural de Ayotzinapa, durante ação repressiva do Estado, foram sequestrados por policiais e entregues a traficantes do cartel do estado de Guerrero, que executaram os jovens. A Caravana passou a peregrinar por vários lugares do mundo para chamar a atenção da opinião pública, conseguir justiça e forçar investigações para que os corpos desaparecidos de seus filhos e filhas fossem encontrados. Em junho de 2015, integrantes da Caravana estiveram no Rio e participaram de atividades realizadas no Museu da Maré. Naquela ocasião, o território

vivia há 15 meses a rotina de medo imposta pela ocupação das tropas federais, realidade tão próxima àquela experimentada pelos parentes dos 43 estudantes mexicanos. O tema sobre a desmilitarização da vida perpassou todas as atividades, das quais participaram representantes de diversos movimentos de mães. Mulheres do México, Manguinhos, Rocinha, Alemão, Maré e Mães de Maio (São Paulo) compartilharam dores e potências no Museu.

São essas mães que nos ensinam diariamente a não desistir, a criar poesia da dor, a agir coletivamente frente às injustiças, a lutar por nossos direitos. Muitas dessas mulheres eram donas de casa e, como a maioria de nós, viviam um cotidiano comum. De repente, diante de perdas terríveis, tornaram-se militantes engajadas e incansáveis pelo direito à memória, à verdade e à justiça. Por mais que essas mulheres nos inspirem – e como nos inspiram! –, sonhamos e lutamos por um mundo onde mães possam ser as melhores mães para seus filhos e criá-los com segurança e amor, como deveria ser sempre e em qualquer lugar. Mas, por enquanto, não nos resta outra alternativa, a não ser ficar ao lado dessas guerreiras e nos engajar na defesa da vida. Às mães do Jacarezinho, que nesse maio, Mês das Mães, perderam violentamente filhas e filhos pelas mãos assassinas das forças policiais do Estado, toda a nossa solidariedade e apoio.

Estamos juntas e juntos na luta contra a política genocida, que nos mata pela violência bruta, assim como por meio de ações, propositalmente negligentes no combate à pandemia. São mais de 440 mil mortos, em números oficiais de maio. Indignação e denúncia; organização e trabalho coletivo; persistência e coragem; amorosidade e afeto. Tudo isso aprendemos foi DE MÃE. De volta ao começo, nos reencontramos com a leveza e a potência das palavras de Conceição Evaristo. Em meio ao extermínio das populações periféricas, “por bala ou por vírus”, é de mãe que vem nossa força, Mulheres-Mães que nos apontam o caminho a ser percorrido. Por elas chegamos a esse mundo e, também por elas, sonhamos e lutamos para transformá-lo.

A JUVENTUDE NEGRA QUER SONHAR, MAS PARA ISSO PRECISAMOS ESTAR VIVOS

Bianca Peçanha, coordenadora Executiva do NICA Jacarezinho



Imagem: Bruno Itan

Eu vejo o anseio, a fome por vida, o desejo por voz, a sede por escuta, nos becos, vielas e esquinas, no corpo preto cintilante que subverte e afronta as perspectivas colocadas sob sua face negra. Esta é uma carta para mim e, principalmente, para meus irmãos da diáspora que estão sob a sentença cruel do Estado de Exceção que limita nossas possibilidades de existir e ser; que poda todas as promessas de continuidade do sonho almejado por nossos ancestrais. Hoje o Jacarezinho sofre o luto dos nossos meninos colocados à morte pela lógica punitivista-vingativa que se isenta da responsabilidade da política da negação de direitos e criminalização da

pobreza, que coloca nossos filhos na passagem do sistema penal e retira das escolas, centros culturais e espaços de insurgência.

O sistema penal tem sido usado, desde a falsa abolição do 13 de maio, como ferramenta de sanção e represália aos que ousaram romper com a lógica colonial, e aos que resistem a este plano da branquitude, estão para padecer na morte em vida ou executados da forma mais cruel e brutal. A juventude negra é criminalizada por sua vivacidade, por refletir o espelho da fusão completa entre guerra e política, sendo esta, pautada sob a lógica do racismo enquanto sistema político de poder e motor mobilizador para a fúria branca contra corpos negros vivos.

Nossa existência enquanto seres plurais, insolentes e lúcidos do lugar destinado às nossas vozes e, crenças da nossa capacidade em romper com os limites estabelecidos e emancipar-nos do cancelamento de nossa existência, nos erguemos juntos pelas nossas vidas.

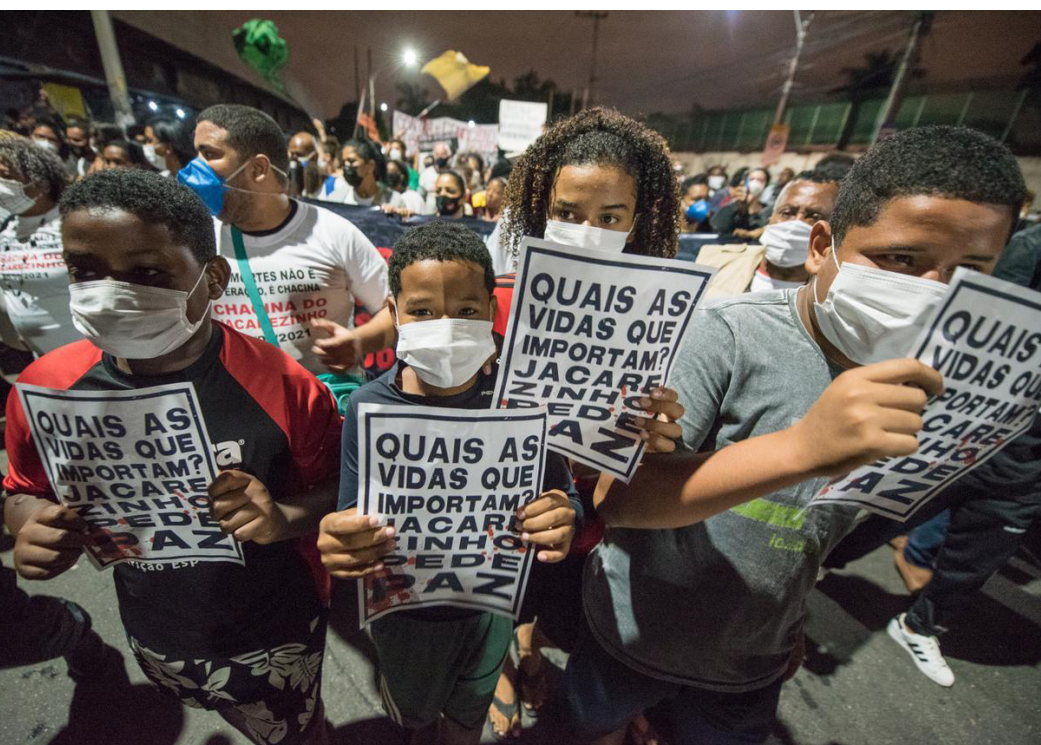


Imagem: Douglas Dobby

Quando o Estado nos lembra que nossas vidas estão privadas de humanidade e garantia de direitos, e que nosso bem viver precisa ser conquistado, nossas mortes são mortes políticas, e permanecer vivo se torna um ato político sublime. A juventude negra viva

é um ato político. E, para que o amanhã seja renovado em existência, a nossa vitória estará pautada em amor aos nossos e ódio àqueles que nos querem atormentados.

Este chamado é um grito de dor, fúria e amor, afinal, a dualidade não está pautada somente em contradições, mas na dádiva de revoltar-se contra nossos inimigos, sem perder nossa capacidade de amar-nos uns aos outros, rompendo o primeiro projeto de destruição interna do nosso povo ao cortar todos os nossos laços de afeto para enfraquecer nossas articulações. E nesta fúria contra o ódio que abomina nossos corpos, acolher nossos irmãos em amor será a maior petulância cometida àqueles que nos querem isolados e desarticulados.

Este é um chamado para que haja amor em nossas construções internas e que o afeto preto seja caminho para o desmonte da casa branca, e que para ela somente sobre impetuosidade. Que nossos abraços sejam calor e combustível para a luta incessante por nossas vidas, e que vitoriosos, um dia comemoremos a não mais necessidade de resistir. Enquanto isso, nos desejo sonhos, muitos sonhos. É a nossa capaci-

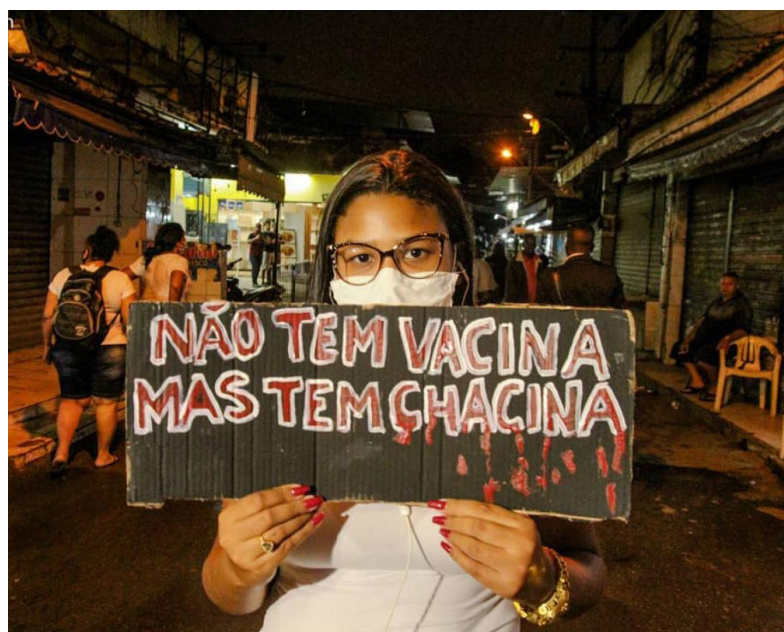


Imagem: Bruno Itan

dade de pensar um novo amanhã que irá nos manter vivos e, para isso, seguiremos juntos; para que haja futuro para a juventude preta e favelada. Esta carta é um impulso aos meus irmãos e irmãs pretas que se veem cansados e impotentes nessa luta desleal contra o Estado de ódio. Não recuaremos. A vida e o legado dos nossos está em nossas mãos, vozes e corpos. Enquanto tivermos forças, seguiremos, e quando faltar, nos aquilombemos para marcharmos juntos rumo aos nossos sonhos.

O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises

de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

3ª CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE EM MANGUINHOS

André Lima, Conselho Comunitário de Manguinhos

Teremos no mês de julho a 3ª Conferência Livre de Saúde em Manguinhos, que neste ano, terá o tema: “Por políticas públicas saudáveis e sustentáveis”. Seus organizadores entendem a precarização das relações de trabalho, o desmonte das políticas de seguridade social e educação contribuem para o adoecimento agudo da população brasileira, pois amplia o dano já criado pelas desigualdades sociais. Neste sentido, é preciso repensar o papel das políticas públicas e as organizarem para produzir vida e saúde.

Dentro deste debate por políticas públicas saudáveis e sustentáveis, quatro temas foram eleitos como prioritários para a reflexão: I. Enchentes e Saneamento em Manguinhos; II. Sucateamento e precarização da assistência à saúde; III. Desemprego; IV. Violências e seus impactos na Saúde. Estes temas comporão sessões com breves preleções, seguidas do microfone aberto.

Por conta da pandemia da Covid-19, as atividades conferenciais serão remotas. Entretanto, considerando as dificuldades de acesso, a ideia é se constituir alguns polos, em locais arejados, com baixa densidade de pessoas, para que as lideranças sociais sem internet possam participar.

A realização da 3ª Conferência Livre de Saúde de Manguinhos no primeiro ano do novo governo municipal busca promover um debate sobre a importância da realização de conferências locais relacionadas à política de saúde municipal.

MORTOS EM SEUS DIREITOS

João Luis Silva, voluntário da Ong Rio de Paz



Remoção de um corpo em Manginhos, após 27 horas de espera

Imagem: João LuizSilva

Com o início da pandemia, foi lançada luz sobre mais um absurdo envolvendo a garantia de direitos dos mais pobres deste país.

Com o crescimento da crise sanitária que vitimou milhares de pessoas mundo a fora, no Rio de Janeiro, dezenas dessas vítimas que foram a óbito – muitas sem sequer receber o tratamento devido,

todas moradoras das comunidades -, ainda enfrentariam as últimas violações antes que descessem a sepultura.

À medida que estes sujeitos morriam em suas residências, uma verdadeira gincana do terror começava para seus familiares que tentavam a todo custo a remoção de seus corpos. E como, infelizmente, é comum por parte do poder público, nenhum serviço de recolhimento de cadáveres agiu para colocar fim ao suplício dos familiares que acabavam de perder seus pais, suas mães, filhos ou qualquer que fosse o grau de parentesco.

A partir deste descaso uma verdadeira coleção de situações graves e violentas foram sendo produzidas. Como o caso de seu Antônio, um idoso de 82 anos, morador de Manguinhos, que segundo os médicos morreu por insuficiência respiratória e que depois de declarado o óbito, passou incríveis 27 horas na companhia de sua esposa, igualmente idosa, até que conseguíssemos remover seu corpo para ser sepultado com o mínimo de dignidade.

E por mais que o caso do Sr. Antônio nos impressionasse e tivesse grande repercussão midiática, acreditávamos que situações assim não voltariam a ocorrer. Ledo engano, por conta da veiculação do fato, o que ocorreu foi o aumento de pessoas nos procurando para denunciar as mesmas problemáticas; foi assim com o Sr. Luiz, do morro do Borel, que passou 23 horas morto em sua casa; do Sr. Pedro, de 72 anos, morador do morro do Cantagalo, que passou 20 horas morto em casa; e tantos outros que sofreram até para que tivessem seu último direito efetivado, o de uma despedida minimamente digna no seu último adeus.

Os casos não param de chegar e esperamos que logo os responsáveis por estes serviços tenham um pouco mais de empatia e compaixão a fim de abreviar o sofrimento de inúmeras famílias.

DESIGUALDADES E IMPACTOS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO LGBTQI+ FAVELADA

Gilmara Cunha, diretora Executiva do Grupo Conexão G



Imagem: acervo pessoal Gilmara Cunha

O Grupo Conexão G de Cidadania LGBT é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos fundada por um grupo de jovens em março de 2006, em Nova Holanda, no Complexo de Favelas Maré, com o objetivo de minimizar preconceitos vividos pelas pessoas LGBTQI+ nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, em uma atuação integrada e abrangente, com foco nos direitos humanos, promoção da saúde, cultura, educação, desenvolvimento territorial, segurança pública (incursões policiais em territórios de favelas). Além disso, temos como

meta prioritária a atuação com foco na promoção de empregabilidade, prevenção de violências, exploração sexual e o tráfico de pessoas, a exploração do trabalho infantil, e outros temas transversais que afetam diretamente os corpos e as experiências das pessoas LGBTQI+ nestes espaços. Por fim, a questão do respeito à diversidade sexual e a visibilidade da resistência e das vulnerabilidades a que está população está sujeita de acordo com a estrutura racista, patriarcal.

Desde sua fundação, o grupo tem servido como referência para o debate sobre tais temas em favelas e periferias, sendo responsável pela organização de diversos seminários, encontros, eventos, workshops e da primeira Parada LGBTQI+ realizada em um território de favela no planeta, evento este ocorrido em 2012 e de recorrência anual.

Nossas intervenções são realizadas a partir de princípios da interseccionalidade, ou seja, buscamos realizar o cruzamento de marcadores sociais da diferença que são utilizadas para a produção das desigualdades sociais e ampliação da assimetrias históricas e sociais, tendo na raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, de origem ou classe social suas ferramentas de diferenciação e subalternização nestes territórios.

Dado o panorama histórico e cultural da sociedade brasileira, pensar os contextos de favelas necessariamente implicar pensar formas correlatas de violação de direitos, violências e exclusão estrutural, sobretudo quando o mundo enfrenta e atravessa um cenário inimaginável cujas proporções têm sido devastadoras para diversos países. Diante dessa conjuntura, o panorama decorrente da pandemia tem atingido de maneira particular as favelas, sobretudo pelo desinteresse do poder público em ofertar soluções e alternativas de qualidade para mitigar os impactos do novo coronavírus nestes territórios. Diante da histórica política de ausência do estado, as organizações e movimentos sociais têm se mobilizado a



Imagem: acervo pessoal Gilmara Cunha

fim de construir estratégias eficazes e criativas para combater os efeitos do vírus. Uma dessas ações é justamente o combate à fome, que tem se intensificado em nossas favelas.

A partir das ações que realizamos durante a pandemia conseguimos identificar nesse processo que a desigualdade social ficou mais evidenciada na população favelada, em especial ao segmento LGBTQI+, que se apresenta como ainda mais vulnerável.

Diante disto, o Grupo Conexão G entendeu ser fundamental produzir um levantamento do perfil sociodemográfico das pessoas atendidas pela organização durante a pandemia da Covid-19. Assim, construímos formulário de cadastro que nos permitiram mapear o perfil de vulnerabilidades de nossa população e, como resultado, alguns dados corroboram nossa experiência empírica cotidiana, uma vez que traduziram em números aquilo que vínhamos acompanhando todos esses anos. Aqui vale ressaltar que a favela e suas organizações e movimentos sociais vêm produzindo epistemologias. É isso que nós do Grupo Conexão G estamos produzindo, ou seja, dados e conhecimento a partir das narrativas dos próprios moradores(as). Se não querem que nós sejamos vistos(as), nós teremos que continuar a forjar e incidir nas nossas construções como ferramenta de luta e de disputa de narrativas e dados contra o Estado cristão, heteronormativo, patriarcal, classista e racista.

Mesmo com todas as dificuldades para agir no atual contexto de pandemia, conseguimos alcançar o número proposto de distribuição de insumos alimentícios (cestas básicas); alcançamos cerca de 4.000 pessoas com nossas estratégias de comunicação que incluíram lives, postagens nas redes sociais e mensagens em grupos de Whatsapp e para as pessoas cadastradas em nosso banco de dados - estas atuando como replicadoras dos conteúdos.

Diversos veículos de imprensa noticiaram os impactos específicos da pandemia nas populações mais empobrecidas, mulheres (cisgênero) e negras. Contudo, não vimos ou vimos poucos dados específicos sobre a

situação das pessoas LGBTQI+ negras e racializadas ou, ainda, sobre a situação de pessoas faveladas.

Algumas dinâmicas que pudemos cartografar através de nosso trabalho e dos levantamentos que fizemos, foi que grande parcela das pessoas por nós cadastradas, não estão trabalhando formalmente; outras perderam o emprego durante a pandemia; e uma fração menor segue trabalhando, ainda que em condições precárias. Também pudemos observar que temos quase a totalidade das pessoas trans em situação de não empregabilidade e/ou trabalhando no mercado informal, como por exemplo, em serviços domésticos e na prostituição. Nesse sentido, quando perguntamos “qual é a sua profissão”, obtivemos como resposta uma quantidade significativa de: “profissional do sexo”, “acompanhante”, “garota de programa”, “auxiliar de serviços gerais”, “faxina”, “limpeza”, “diarista” e algumas outras, como “auxiliar administrativo”, “motoboy”, “cabeleireira” etc. Outro dado relevante, é a completa invisibilidade das pessoas trans e pretas nos sistemas de promoção de cidadania e inclusão social, onde muitas sequer possuem documentos.

Diante do exposto, torna-se fundamental para o enfrentamento dos problemas supracitados, a reivindicação de políticas públicas e também para lançar luzes sobre as vulnerabilidades específicas da população LGBTQI+ em territórios de favelas. Nesse sentido, é urgente e fundamental produzir dados que preencham uma lacuna de informação e sobre as vulnerabilidades, violências, violações e assassinatos das pessoas LGBTQI+ em territórios de favelas a fim de lançar luzes para um problema que tem sido constantemente invisibilizado pelas políticas públicas hegemônicas. Assim, é preciso desenvolver ações que visem potencializar os corpos e as experiências LGBTQI+ de favelas, que muitas vezes não conseguem sair dos seus territórios, seja para estudar, trabalhar ou até mesmo gozar de momentos de lazer.

Se o Estado insiste em nos matar de fome e de tiro, dentre outras formas, nós reafirmamos que, da mesma forma, insistiremos em Resistir.

A seção Debates desta edição traz dois textos. O primeiro, de autoria coletiva de pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Pesquisa “Futuros da Proteção Social” do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, analisa as proposições dos empresários para as políticas públicas de proteção social e suas consequências para os segmentos mais vulneráveis da sociedade. O segundo texto, de autoria de Sofia Barreto Souza, discute o sucateamento das universidades públicas e seus efeitos para a juventude pobre e favelada, que através das políticas de ação afirmativa recentemente passou a acessar os espaços universitários.

DESRESPONSABILIZANDO-SE DO SOCIAL

Grupo de Pesquisa

“Futuros da Proteção Social”¹,
do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz

O dramático quadro social brasileiro, agravado pelas políticas contracionistas e de austeridade adotadas nos últimos cinco anos, ganhou proporções gigantescas diante da pandemia. Ao quase meio milhão de vidas precocemente perdidas, somam-se os sucessivos recordes de desemprego e informalidade, o aumento da fome e da extrema pobreza, além do acirramento das já imensas desigualdades sociais do país.

Diante desse cenário, proposições em torno de políticas públicas capazes de reverter o quadro e garantir proteção social aos brasileiros são mais do que urgentes. Mas é preciso cautela com propostas que aproveitam esse grave momento para, sob uma aparente preocupação com os segmentos mais vulneráveis da sociedade, desferir golpes mortais contra nosso já combalido sistema de proteção social e os direitos de cidadania inscritos na Constituição Federal de 1988.

Esse parece ser o caso do Projeto de Lei (PL nº 5.343/ 2020), de autoria do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em tramitação no Congresso Nacional. Alicerçado em documento produzido por economistas liberais vinculados ao mercado financeiro, sob os auspícios do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP), o PL busca instituir a chamada Lei de Responsabilidade Social, com o objetivo de “oferecer assistência a famílias em situação de vulnerabilidade e aos trabalhadores informais sujeitos a elevada volatilidade de seus rendimentos” (p.2). Um olhar mais acurado sobre a proposta revela, no entanto, que de boa intenção o

¹ Sonia Fleury (coordenadora); Arnaldo Lanzara, Carlos Eduardo Santos Pinho, Fernanda Pernasetti, Lenaura Lobato, Luciene Burlandy, Mônica Senna, Ronaldo Teodoro e Virginia Fava (pesquisadores).

inferno está cheio. Trata-se de um retorno ao passado, uma atualização extemporânea da Lei dos Pobres inglesa de 1834, que aboliu o “direito de viver” para dar passagem à constituição de um mercado de trabalho desregulamentado (POLANYI, 1980)², agora sob o domínio do capital rentista.

O PL propõe duas modalidades distintas de transferência monetária, definidas a partir de critérios de renda ainda mais focalizados do que os programas sociais atualmente existentes. O Benefício de Renda Mínima (BRM) unificaria os quatro tipos de benefícios do Programa Bolsa Família e consistiria na complementação da renda familiar até o limite de R\$ 125,00 per capita, incluindo no cálculo a renda oriunda tanto do trabalho, formal ou informal, quanto de outras fontes, tais como os benefícios previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Já a Poupança Seguro Família (PSF) incluiria não só as famílias beneficiárias do BRM como também aquelas com “maior capacidade de geração de renda”. Funcionaria como uma espécie de poupança precaucional, individual, a ser resgatada em momentos de queda de rendimentos e seria constituída por depósito mensal de um valor equivalente a 15% da renda mensal de cada membro da família, com redução gradativa desse percentual conforme a renda declarada até atingir um determinado teto. Além dessas modalidades, o PL prevê a criação de uma poupança educacional para crianças e jovens no ensino fundamental e médio inscritos no BRM, com depósito mensal no valor de R\$ 20,00 e saque apenas quando do término do Ensino Médio.

Sob a capa de um programa para beneficiar os mais pobres e vulneráveis, o PL encobre muitas armadilhas. Ao reconhecimento da desproteção social em que verdadeiramente se encontram os trabalhadores informais, o PL reduz a informalidade à volatilidade de renda. Ignora, assim, as múltiplas dimensões da insegurança social que atravessam o trabalho informal, tratado como um dado sociológico incontornável da “nova economia”.

² POLANYI, K. A **grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980

Nota-se a ausência de qualquer referência a um projeto ou visão de desenvolvimento nacional, abandonando explicitamente a preocupação com a defesa e expansão do mercado formal de trabalho no país.

Embora parta da premissa de que informalidade e pobreza sejam fenômenos distintos, na medida em que a primeira, de fato, não significa necessariamente baixo nível de renda, ambas são encaradas de forma simplista sob o viés exclusivo da renda monetária e não como processos multidimensionais. Além disso, o PL adota critérios de elegibilidade bastante restritivos, reiterando seu caráter altamente focalizado e seletivo. A isso se agrega um amplo repertório moral sobre a pobreza e os pobres, assentado na ideia preconceituosa de que esses tendem a fraudar informações sobre seus proventos para tirar proveito de programas e benefícios sociais. Nesse sentido, ampliam-se os instrumentos para o controle dos pobres como forma de evitar tanto a subdeclaração de rendimentos quanto o incentivo à informalidade. E para isso, o CadÚnico, que foi se tornando um importante mecanismo para promoção da inclusão social, tem seu objetivo convertido em um meio para detectar possíveis fraudes e, assim, justificar exclusões.

Em um cenário de grave crise econômica com projeções bastante alarmantes para o pós-pandemia, a proposta busca moldar a construção de medidas de alívio da pobreza às restrições impostas pela austeridade, da qual é signatária. Sob o argumento de criar benefícios menos custosos e mais eficientes, a abrangência do programa submete-se às possibilidades do orçamento da União, mantendo o cumprimento das metas fiscais e a prioridade ao pagamento da dívida pública, sem ampliar os atuais recursos para a área social. O resultado inevitável é o achatamento da renda dos segmentos que hoje se encontram protegidos pelos benefícios vinculados ao salário-mínimo, dele se desvinculando. Mais ainda, os recursos do programa passam a ser aplicados integralmente em títulos do Tesouro Nacional, em um nítido desvio do fundo público para salvaguardar o capital financeiro por meio de uma fonte altamente regular e isenta de riscos.

Do ponto de vista da proteção social, há um claro retrocesso que busca substituir as diferentes modalidades de proteção social existentes por uma renda monetária bastante limitada e desconectada de uma ampla rede de serviços, programas e políticas sociais. O PL desarticula, assim, o padrão constitucional de proteção social brasileiro, desmontando a complexa institucionalidade dos diversos sistemas de política social construídos no país nos últimos trinta anos, a exemplo dos sistemas únicos de assistência social (SUAS), de saúde (SUS) e o sistema nacional de educação, rompendo com o paradigma de direitos que se instituiu no país com a Constituição Federal de 1988. Trata-se, portanto, de uma desresponsabilização com o social e o abandono dos pobres à própria sorte.

O IMPACTO DO FECHAMENTO DA UFRJ PARA A JUVENTUDE POBRE E FAVELADA

Sofia Barreto Souza, assistente social,
participante do Fórum Favela Universidade

No dia 06 de maio, em artigo para O Globo, a reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Pires de Carvalho, deu uma declaração que com orçamento previsto para esse ano, a Universidade não terá como continuar funcionando e possivelmente fechará suas portas. O orçamento diminuiu drasticamente e isso inviabiliza recursos para garantia tanto da parte estrutural como luz, água e segurança do campus quanto na parte acadêmica, como a produção de pesquisas, serviços hospitalares e formação de seus estudantes.

Esta notícia aprofunda uma série de reflexões sobre a desvalorização da educação e ciência no atual momento que vivemos. A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos n. 95 impossibilita investimentos e limita orçamentos destinados às universidades, demonstrando a falta de prioridade na garantia dos direitos da população, particularmente no que diz respeito ao acesso ao conhecimento via universidade pública. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é a expansão do ensino superior até 2024, para que um terço dos jovens de 18 a 24 anos estivessem matriculados em algum curso de graduação. Este compromisso foi assinado em 2014 mas em estudo realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), pegando o registro de 2015 e 2017 (ano dos dados mais recentes) projeta que, no ritmo atual, essa meta só será atingida em 2037. Essa taxa entra em contraste com os números do início da primeira década, que teve expansão das universidades públicas e programas do governo para financiamento de estudos em universidade privada.

Com os dados do IBGE, seguindo a meta do PNE caso seja atingida, teríamos somente 33% dos jovens matriculados em curso superior (setor privado e público). Estes dados revelam a falta de acesso da juventude à universidade. Os cortes do governo Jair Bolsonaro para Educação e principalmente universidades públicas já vem ocorrendo desde 2019, ameaçando mudanças nas metas do PNE e diminuição de recursos. Este ataque vem com o projeto político de privatização das universidades através de uma das suas propostas de dois anos atrás, o Future-se.

Historicamente, para a população pobre e negra, o ensino superior nunca esteve no campo de suas possibilidades. Essa realidade foi sendo modificada com as políticas afirmativas e programas de incentivo a educação, no entanto, a luta e defesa da democratização da universidade pública vem sendo feita há muitos anos, principalmente pelo trabalho incansável de professores e estudantes organizados em sindicatos, associações, centros acadêmicos e coletivos. Nos últimos anos, os pré-vestibulares, a partir da educação popular, atuam para garantir que pobres, negros e favelados possam não só sonhar, como ingressar no ensino superior.

As universidades públicas, desde sua concepção, foram um espaço exclusivo para as classes altas, afastando os jovens de periferias e favelas desta oportunidade de escolha, reflexo de uma desigualdade social fundante no projeto colonial do país. Porém, a luta não se encerra somente com a entrada na graduação. Através do Fórum Favela Universidade - que vem debatendo temas para refletir quais caminhos que levam a favela à universidade e a universidade à favela -, os universitários favelados expõem os diversos desafios de estar em uma universidade e se manter dentro dela, desde as condições financeiras para arcar com os gastos que uma faculdade exige (livros, alimentação) aos impactos na saúde mental pela pressão de conciliar trabalho e estudo junto à falta de identidade com a universidade do jeito que ela é hoje.

Com a pandemia, se escancarou ainda mais o reflexo da desigualdade social dentro da educação. O Ensino à Distância (EAD) inviabiliza que jovens que não têm acesso à internet e à tecnologia deem continuidade à sua formação. Apesar disso, a UFRJ assim como outras universidades públicas, criaram programas de distribuição de equipamentos para garantir que esses alunos continuem sua graduação como lhes é de direito. É esta universidade que queremos e isso é possível por ser pública. A assistência estudantil precisa ser reforçada para que sejam oferecidas condições para os estudantes realizarem suas pesquisas, principalmente a partir de seus territórios e dos saberes que vêm das favelas e periferias, e assim, a universidade estar à serviço do povo. A saúde mental dessa juventude vem sendo afetada pelas condições do mundo atual, como a precarização do trabalho, o genocídio da juventude negra, a falta de perspectiva no cenário pandêmico e ingressar na universidade para esses jovens é a construção de um sonho coletivo de transformar a sociedade. Por este motivo, defender que a UFRJ tenha condições de continuar funcionando é defender a saúde de uma geração que está lá dentro e da que ainda vai entrar!

MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favelas pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, o Radar publica a carta do Conselho Popular RJ por um Plano Diretor Popular. O documento apresenta uma análise da atual conjuntura marcado pelo contexto de crise sanitária, de aumento das desigualdades e da pobreza urbana, privatização da água e insegurança alimentar; e aponta para a impertinência de se discutir a revisão da principal ferramenta de planejamento urbano das cidades, nesse contexto de pandemia, impossibilitando a construção de um processo efetivamente participativo.

POR UM PLANO DIRETOR POPULAR: QUEREMOS MORADIA DIGNA, VACINA, EMPREGO E COMIDA NO PRATO

Conselho Popular – RJ

A Covid-19 é a maior crise sanitária da história da humanidade e o Brasil vive um colapso sanitário e hospitalar, tendo, em meados de maio, mais de 440 mil mortos, devendo terminar o mês com a trágica marca de meio milhão de mortos. Além disso, o desemprego, a pobreza e a fome rondam metade dos lares do país.

No Rio e Grande Rio, o significativo aumento da população de rua – visível a todos – é a expressão mais aguda das desigualdades sociais e da falta de políticas públicas por governos que deviam considerar a saúde, segurança alimentar, o emprego e o bem-estar de todos, mas agem na direção contrária, governam de costas para a população, sem adotar ações eficazes para reduzir os impactos negativos da pandemia de Covid-19 que recaem sobre as camadas mais empobrecidas da população, sendo que o acesso às vacinas seria o principal destaque para que a vida pudesse retornar ao normal o mais rápido possível.

O Brasil enfrenta um processo de elitização das cidades, em que os interesses do mercado imobiliário têm sido mais fortes que os interesses de toda a população. O que temos visto é o corte e/ou redução das políticas de habitação de interesse social e melhorias urbanísticas de favelas, a privatização da água e dos serviços públicos, como no caso do saneamento ambiental e dos equipamentos de saúde, o aumento abusivo das passagens dos transportes públicos, a difusão das parcerias público privadas, o aumento das remoções, a repressão aos camelôs e à população em situação de rua, o genocídio contra os jovens pobres e negros, a violência contra as mulheres, pessoas com deficiência e a retração das políticas sociais.

Como efeito, já são evidentes os sinais de aumento da pobreza urbana nas ruas. Apesar dos graves impactos dessa crise sanitária, econômica e social sobre as favelas e periferias, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro iniciou a revisão decenal da Lei Complementar no 111, de 1º de fevereiro de 2011, conhecida como Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, ferramenta central do planejamento de cidades no Brasil.

As bases do planejamento das cidades brasileiras estão estabelecidas no Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001), considerado o principal marco legal para o desenvolvimento das cidades, que regulamenta a política urbana prevista Constituição de 1988, de onde originam seus princípios e diretrizes fundamentais. O Estatuto das Cidades estabelece as normas de ordem pública e de interesse social acerca do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental a fim de evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O planejamento urbano deve ir, portanto, além dos aspectos físicos e territoriais, ordenar o território da cidade como meio para garantir o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Enfim, o direito à cidade e ao bem-estar para nela viver com moradia digna.

Assim, o Estatuto das Cidades ainda tem como princípios básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade. Desde o início do processo de revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, o Conselho Popular e os movimentos de luta por moradia, diante de tudo que foi apresentado, isto é, do avanço da crise econômica, do desemprego e do desalento, da pandemia e do enorme número de mortos e o risco para atividades, reivindicam a suspensão desse processo de revisão por considerarem o momento inoportuno.



Imagem: Rils

A recusa da prefeitura em suspender a revisão revela a face autoritária e excludente do prefeito Eduardo Paes e de seu secretário de urbanismo, Washington Fajardo, que mantiveram a revisão do Plano Diretor de forma totalmente virtual e com participações online. Essa decisão impede que os cidadãos, especialmente aqueles que vivem nas favelas e periferias, ou de qualquer cidadão ou cidadã

que não têm acesso facilitado a internet ou ainda por conta da pandemia, impedindo-os de participar e debater os destinos da cidade onde vivem, limitando sua capacidade de influenciar o poder público na tomada de decisões que beneficiem toda a sociedade.

Diante do conservadorismo e da iminência de implantação deste projeto excludente de cidade, nos desafiam a articular as forças progressistas para a construção de espaço de lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade como um bem comum e resistir contra o autoritarismo e os ataques aos direitos e a qualidade de vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Atento à atual conjuntura, o Conselho Popular, que se define como uma articulação que reúne associações de moradores, organizações populares de luta por moradia, organizações não governamentais, pastorais sociais, pesquisadores, estudantes, atingidos pelas intervenções urbanas promovidas pelo poder público e pela iniciativa privada, mandatos populares e partidos progressistas, além de pessoas diversas comprometidas com a luta pela justiça social e ambiental, e

pelo direito à cidade, defende um novo projeto includente, socialmente justo e democrático para a Cidade do Rio de Janeiro, propõe:

- 1. A suspensão da revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e a tramitação de projetos urbanísticos na Câmara Municipal que a ele sejam conexos até que as condições sanitárias na cidade assegurem a ampla participação popular;**
- 2. O fortalecimento da gestão pública do planejamento urbano, da política habitacional e fundiária na cidade. É preciso criar espaços de deliberação por meio de audiências públicas, conselhos de políticas públicas de outras formas previstas em lei para elaborar, acompanhar e monitorar as políticas públicas pelo direito à cidade para toda a população;**
- 3. O fim das remoções com a adoção de políticas de prevenção de despejos e o reconhecimento do direito humano à moradia adequada.**

É dever do Estado respeitar, proteger e cumprir o direito à terra e à moradia adequada e adotar medidas preventivas contra ações sistêmicas de despejo e remoção sem qualquer discriminação ou distinção. Defendemos o direito humano à moradia adequada e políticas públicas de habitação de interesse social, dando uso a áreas e imóveis vazios que não cumprem a função social da propriedade. Para isso defendemos ampliar a demarcação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) ocupadas e vazias, posto que são instrumentos fundamentais para realização desta tarefa.

O poder público deve priorizar políticas públicas para reduzir o déficit de imóveis com a criação de programas de produção de novas moradias populares com toda a infraestrutura urbana, além de programas de regularização fundiária, titulação e melhorias urbanísticas para os assentamentos informais urbanos como favelas, ocupações e loteamentos populares. Neste sentido, é fundamental a utilização do instrumento da Cota de Solidariedade, como forma de garantir que em

todo grande empreendimento aprovado na prefeitura uma parte desta cota seja destinada, exclusivamente, para habitação de interesse social.

Defendemos ainda a elaboração de um plano de prevenção de desastres socioambientais, de modo a mitigar os riscos de deslizamentos e alagamentos, com ações para a contenção de encostas, drenagem, saneamento e reflorestamento. A prefeitura precisa elaborar um plano de urgência para reassentar famílias vítimas de desastres socioambientais e removidas pela prefeitura nos últimos dez anos, e que estão desassistidas e muitas sem receber aluguel social temporário.

4. A realização do levantamento dos imóveis públicos ocupados pela população pobre e/ou movimentos sociais, sobre os quais incidam ações de despejos, reintegração de posse ou reivindicatórias de propriedade, determinando a imediata suspensão e negociação.

Defendemos o apoio às cooperativas habitacionais populares através do sistema de autofinanciamento como alternativa para atender os excluídos dos mercados imobiliários tradicionais e dos investimentos públicos, tendo como objetivo o acesso à casa própria a preço de custo. É preciso que a prefeitura defina quais são os imóveis vazios e subutilizados na cidade para que os instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor possam ser efetivados.

5. A garantia de recursos orçamentários e o financiamento em habitação de interesse social.

Defendemos a criação do Conselho Municipal de Habitação, previsto no § 30 do artigo 311 do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, o do Fundo Municipal de qual prevê a elaboração participativa e controle social do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e

Habitação de Interesse Social, este criado pela Lei no 4.463, de 10 de janeiro de 2007.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a proposta de que a 100% da arrecadação da Outorga Onerosas do Direito de Construir seja destinada para habitação de interesse social no seu sentido amplo, garantindo a moradia digna.

O compromisso do Conselho Popular é de estar presente nas favelas e nas ruas, atuando para construir o poder popular junto às associações de moradores, movimentos populares de luta por moradia, cooperativas habitacionais e nas lutas pela posse da terra, apoiando as reivindicações contra políticas urbanas baseadas em projetos tecnocráticos e excludentes colocados em prática por governos sem qualquer compromisso com as favelas e periferias. Defendemos em todas as instâncias a participação popular e a gestão democrática da cidade e lutamos para que toda a população tenha moradia digna, vacina, emprego e comida no prato.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Itamar Silva

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

André Lima

Adriana Martins

Arnaldo Lanzara

Bianca Peçanha

Bruna Silva

Bruno Itan

Carlos Eduardo Santos Pinheiro

Carolina Vaz

Cláudia Rose Ribeiro da Silva

Dalva Correa

Day Medeiros

Fernanda Pernasetti

Gilmara Cunha

Itamar Silva

João Luis Silva

Lenaura Lobato

Lidiane Malanquini

Luciene Burlandy

Kika

Mônica Senna

Rils

Ronaldo Teodoro

Simone Rodrigues

Sofia Barreto Souza

Sônia Fleury

Virginia Fava

EXPEDIENTE

Movimentos Sociais e Coletivos

Conexão G Grupo LGBT nas Favelas

Conselho Comunitário de Manguinhos

Conselho Popular RJ

Fórum Favela Universidade

Grupo Eco Santa Marta

Grupo de Pesquisa "Futuros da Proteção Social"
do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz

Movimento Negro Unificado/Nova Iguaçu

Museu da Maré/Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem - NICA Jacarezinho

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

Rio de Paz

União Coletiva pela Zona Oeste

Revisão

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariane Martins



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz